VI CONGRESSO INTERNACIONAL DAS **LICENCIATURAS** COINTER - PDVL 2019

**O LUGAR DA GEOGRAFIA NO ENSINO DA CULTURA INDÍGENA BRASILEIRA
NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DO RECIFE: UM OLHAR A PARTIR DA LEI
11.645/2008.**

**EL LUGAR DE LA GEOGRAFÍA EN LA EDUCACIÓN DE LA CULTURA
INDÍGENA BRASILEÑA EN LA RED DE LA CIUDAD DE RECIFE: UNA MIRADA
DE LA LEY 11.645 / 2008.**

**THE GEOGRAPHY PLACE IN BRAZILIAN INDIGENOUS CULTURE
EDUCATION IN THE RECIFE CITY NETWORK: A LOOK FROM LAW 11.645 /
2008.**

Apresentação: Comunicação Oral

Nielson da Silva Bezerra¹; Wilhamys Jorge Moura de Sena².

DOI: <https://doi.org/10.31692/2358-9728.VICOINTERPDVL.2019.0082>

Resumo

Nossa pesquisa tem como objeto de estudo o ensino da temática “história e cultura indígena” implementada através da Lei 11.645/2008, sob o olhar da Geografia, na rede pública municipal do Recife. Fizemos uma leitura crítica a respeito da implementação da lei e buscamos assinalar alguns caminhos possíveis à sua efetivação propondo reflexões que nos permitam pensar a história do Brasil e, por conseguinte, sobre a constituição da nossa sociedade, problematizando as mazelas e desigualdades herdadas do regime colonizador-escravocrata; questionando o discurso homogeneizador da mestiçagem. O estudo divide-se em duas etapas. A primeira foi dedicada à revisão da literatura acerca dos temas Ensino da História e Cultura Indígena e conhecimentos geográficos na educação fundamental. Enquanto na segunda buscamos aproximação com a rede municipal de ensino do Recife para análise de documentos, leis e normatizações além de sites oficiais. Utilizamos a Pesquisa Qualitativa, pautada nas técnicas de Análise Documental e Análise de Conteúdo. A invisibilidade imposta à pauta indígena geram equívocos e reproduções de discursos homogeneizadores como podemos constatar no documento da Política de Ensino da Rede Municipal do Recife. Constatamos que as políticas municipais de educação em sua dimensão Étnico-Racial tem algumas lacunas no tocante a efetivação da cultura indígena inclusive nos documentos, considerando que esta dimensão não aparece com a mesma força da dimensão afro-brasileira.

Palavras-Chave: Lei 11.645/2008; Relações étnico-raciais; História e Cultura indígena.

---

¹ Professor da Licenciatura de Geografia do IFPE Campus Recife, nielsonbezerra@recife.ifpe.edu.br

² Estudante da Licenciatura de Geografia do IFPE campus Recife, wiljsena@gmail.com

Resumen

Nuestra investigación tiene como objeto de estudio la enseñanza del tema "historia y cultura indígena" implementado a través de la Ley 11.645 / 2008, bajo la perspectiva de la geografía, en la red pública municipal de Recife. Hicimos una lectura crítica sobre la implementación de la ley y buscamos señalar algunas formas posibles de su implementación proponiendo reflexiones que nos permitan pensar sobre la historia de Brasil y, por lo tanto, sobre la constitución de nuestra sociedad, problematizando los males y las desigualdades heredadas del régimen de colonización. -la esclavitud; cuestionando el discurso homogeneizador del mestizaje. El estudio se divide en dos etapas. El primero se dedicó a la revisión de la literatura sobre la enseñanza de la historia y la cultura indígena y el conocimiento geográfico en la educación primaria. Mientras que en el segundo buscamos acercarnos al sistema escolar municipal de Recife para el análisis de documentos, leyes y reglamentos y sitios web oficiales. Utilizamos la investigación cualitativa, basada en las técnicas de análisis de documentos y análisis de contenido. La invisibilidad impuesta en la agenda indígena genera conceptos erróneos y reproducciones de discursos de homogeneización como podemos ver en el documento de la Política de Enseñanza de la Red Municipal de Recife. Encontramos que las políticas educativas municipales en su dimensión étnico-racial tienen algunas lagunas con respecto a la implementación de la cultura indígena incluso en los documentos, considerando que esta dimensión no aparece con la misma fuerza que la dimensión afrobrasileña.

Palabras Clave: Ley 11.645 / 2008; Relaciones étnico-raciales; Historia y cultura indígena

Abstract

Our research has as object of study the teaching of the theme "indigenous history and culture" implemented through Law 11.645 / 2008, under the geography perspective, in the municipal public network of Recife. We made a critical reading about the implementation of the law and sought to point out some possible ways to its implementation proposing reflections that allow us to think about the history of Brazil and, therefore, about the constitution of our society, problematizing the ills and inequalities inherited from the colonizing regime. -slavery; questioning the homogenizing discourse of mestizaje. The study is divided into two stages. The first was devoted to the literature review on Teaching Indigenous History and Culture and geographical knowledge in elementary education. While in the second we seek to approach the municipal school system of Recife for analysis of documents, laws and regulations and official websites. We use Qualitative Research, based on the techniques of Document Analysis and Content Analysis. The invisibility imposed on the indigenous agenda generates misconceptions and reproductions of homogenizing discourses as we can see in the document of the Teaching Policy of the Recife Municipal Network. We find that municipal education policies in their Ethnic-Racial dimension have some gaps regarding the implementation of indigenous culture even in the documents, considering that this dimension does not appear with the same force as the Afro-Brazilian dimension.

Keywords: Law 11,645 / 2008; Ethnic-racial relations; Indigenous History and Culture

1. Introdução

Até a promulgação da lei 11.645 no início de 2008 os indígenas, suas culturas, identidades e memórias sofreram, não raramente continuam a sofrer, aproximadamente quinhentos anos de ataques e negligência. Negando-os assim, seus direitos e seu protagonismo nos papéis de construtores tanto do povo como da nação brasileira.

É dentro desta perspectiva que o plano de atividades *O lugar da Geografia no Ensino da Cultura Indígena brasileira na rede pública municipal do Recife: um olhar a partir da lei 11.645/2008* que integra o projeto de pesquisa científica *O ensino de Geografia e a Educação das Relações étnico-raciais: análise a partir da temática história e cultura afro-brasileira e indígena*, tem como objeto de estudo o ensino das relações étnico-raciais a partir da temática indígena sob o olhar da Geografia na rede pública municipal do Recife. Compreendemos que o processo educacional contemporâneo deve reconhecer e fortalecer a importância da sociodiversidade brasileira, buscando atores e histórias silenciadas ao longo da formação da nossa sociedade, motivo pelo qual esta pesquisa concentra suas ações nas questões étnico-raciais das culturas indígenas, sendo de fundamental importância para o reconhecimento da dimensão da pluralidade cultural e étnica presente na sociedade brasileira, desconstruindo a visão hegemônica acerca das identidades indígenas no Brasil

Faz-se necessário, então, desconstruir a ideia de uma suposta identidade genérica nacional, regional. Questionar as afirmações que expressam uma cultura hegemônica que nega, ignora e mascara as diferenças socioculturais. Uma suposta identidade e cultura nacional que se constituem pelo discurso impositivo de um único povo. Uma unidade anunciada muitas vezes em torno da ideia de raça, um tipo biológico. (SILVA, 2013, p. 2)

Entretanto a promulgação da lei 11.645/2008 apenas, não garante efetividade dos preceitos ali consagrados. Existem fatores sociais, burocráticos, e principalmente econômicos e políticos que influenciam em sua concretização, assim é importante tomá-la como primeiro passo para o reconhecimento de direitos, porém a busca por mecanismos no campo educacional que garantam sua efetivação torna-se fundamental.

Sem dúvidas, é no âmbito da escola/educação formal, em seus vários níveis hierárquicos, que se pode constatar a ignorância que resulta nas distorções a respeito dos índios. A Lei n. 11.645, de março de 2008, tornou obrigatório o

ensino sobre a história e culturas indígenas nos currículos escolares no Brasil. E ainda que careça de maiores definições, objetivou a superação dessa lacuna na formação escolar, contribuindo para o reconhecimento e a inclusão das diferenças étnicas dos povos indígenas, para se repensar em um novo desenho do Brasil em sua diversidade e da pluralidade cultural. (SILVA, 2011, p.134)

Deste modo buscamos analisar como se compreende e se trabalha o ensino acerca da temática: história e cultura indígena dentro da Geografia, pois acreditamos que esta especificidade tem valor relevante na construção de uma Educação intercultural.

2. Fundamentação Teórica

Cotidianamente podemos observar que o mundo mudou, se diversificou e continua se diversificando em velocidade cada vez mais ascendente, sendo assim se faz necessária uma nova abordagem que auxilie em sua compreensão, que contemple as particularidades e descortine as expressões culturais ocultas ao longo dos processos históricos no Brasil, evidenciando a pluralidade cultural da nossa sociedade. Partindo desta perspectiva, a sociedade que se repensa passa a se vê em sua pluralidade e diversidade sociocultural, manifestada em diferentes contextos sócio-históricos, também constituído pelos povos indígenas. Portanto, reconhecer nossa diversidade étnica significa também garantir e reconhecer o direito à diferença, questionando qualquer discurso homogeneizador.

O reconhecimento da diversidade étnica representa a garantia do direito à diferença, à educação diferenciada, onde inclua a valorização das suas práticas socioculturais, religiosas e preservação das línguas originárias de cada povo. (SILVA, 2010, p. 40)

Um discurso generalista remanescente de um feroz processo colonial, o qual deixou grandes cicatrizes sentidas até os dias atuais e que caracteriza a sociedade brasileira a partir de uma visão eurocentrista, tentando impor uma identidade cultural generalista baseada em seus moldes, negligenciando toda a dinâmica das relações socioculturais e espaciais que resultaram na nossa constituição social.

É necessário, portanto, problematizar ainda as ideias e afirmações de identidades generalizantes como a mestiçagem no Brasil, sendo um discurso para negar, desprezar e suprimir as sociodiversidades existentes no país. Afirmar os direitos às diferenças é, pois, questionar o discurso da mestiçagem como identidade nacional usado para esconder a história de índios e negros na História do Brasil (SILVA, 2010, p. 46)

Se faz necessário, então, se contrapor aos discursos generalizantes a respeito de uma identidade nacional única, que até décadas atrás eram defendidos e legitimados por alguns sociólogos e antropólogos. O Mestiço seria então o resultado da miscigenação das três raças existente aqui: o indígena, caçado em suas terras; o negro, trazido da África na condição de escravo; e o colonizador europeu. Coloca-se em evidência o mestiço em detrimento da cultura indígena e afro-brasileira, tidas como “raças inferiores” e consequentemente marginalizadas. O mestiço seria então uma etapa de embranquecimento da população, uma fase de transição. Negando, consequentemente, os processos históricos marcados pelas violências dos grupos politicamente hegemônicos. Este cenário reafirma a predominância da visão eurocêntrica na tentativa de construir uma identidade nacional brasileira e, por conseguinte, a necessidade urgente de superá-la.

Nas últimas três décadas a crescente participação política dos movimentos indígenas, dos movimentos afro-brasileiros e demais organizações da sociedade civil pressionaram o Estado, através de suas lutas e reivindicações, à realizarem reformas em sua constituição federal, refletindo também nas agendas educativas. Neste contexto os Parâmetros Curriculares Nacionais - PNC, de 1997, constitui o primeiro documento oficial a destacar a importância da diversidade cultural do Brasil e a necessidade de inseri-la no ambiente escolar. Entretanto, até 2003 não ocorreu nenhuma legislação ou documento norteador que orientasse políticas para o reconhecimento da diversidade étnico-racial; em janeiro de 2003 é sancionada a lei 10.639, que institui no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade do ensino da temática História e Cultura Afro-brasileira. Finalmente, em 2008, aprovação da lei 11.645 provoca nova mudança na LDB e instituindo a obrigatoriedade do ensino da temática “História e Cultura Indígenas”. Neste ponto se faz necessário um questionamento: esta lei incorporou a lei 10.639/2003 ou é uma nova lei? Pode-se constatar que apesar da alteração há apenas a adição dos povos indígenas ao texto, não sendo incorporado conteúdo específico referentes a estas, colocando assim à questão indígena em segundo plano.

Sem dúvida alguma não poderíamos deixar de citar os movimentos sociais como agentes políticos fundamentais nos avanços obtidos nas pautas étnico-raciais e na inserção das questões nos currículos escolares no Brasil, entretanto, não se deve analisar esta matéria sob as lentes da ingenuidade, e acreditar que todas as conquistas foram frutos simplesmente da ação desse movimentos e grupos étnicos, pois a educação está estreitamente ligada ao

desenvolvimento econômico e político, e estes, por sua vez estão atrelados forças de âmbito global.

A questão indígena é refém, infelizmente, de um mercado de serviços, em que muita gente seria obriga-se a negociar o emprego, e frequentemente é levada a escolhas entre a manutenção deste ou a tomada de posições que rompem com interesses de burocracias indigenistas, encasteladas em todas as instituições (D'ANGELIS, 1999, p. 23)

Nesta perspectiva é importante que ocorram indagações e reflexões sobre quem conduz a inserção da temática “diversidade cultural” e a quem, economicamente, esta inserção interessa, visto que o currículo não é apenas um aglomerado de conhecimentos selecionados ao acaso, mas sim um potente mecanismo de controle social resultado de constantes conflitos e tensões; a seleção de seus conteúdos está definitivamente atrelada a formação de identidades, assim:

[...]nesse contexto não é difícil identificar grandes empresas que se apropriam do conhecimento de alguns povos indígenas para exploração de matéria-primas da região amazônica usadas na fabricação de produtos de beleza, como também veiculam imagens da mesma região para propagar os produtos, significa que havendo uma valorização da cultura desses povos indígenas nas escolas dos não-índios, resulta em mais lucro para essas empresas. (DA SILVA, 2010, p 41)

Mesmo diante de toda essa problemática as discussões acerca das relações entre currículo e cultura resultou em avanços expressivos no campo da educação escolar, acarretando uma série de novos desafios para a comunidade escolar, que até então, reproduzia em seu cotidiano práticas de um currículo afirmativo da cultura homogeneizadora.

3. Metodologia

Utilizamos a Pesquisa Qualitativa, pautada nas técnicas de Análise Documental e Análise de Conteúdo. Fundamentada na afirmação de Esteban (2010), que afirma que Abordagem Qualitativa é adequada para investigação de processos educativos por primar pelo aprofundamento nas análises dos fenômenos complexos.

A pesquisa divide-se em duas etapas. Na primeira delas, correspondente ao segundo semestre de 2017, focamos as atividades na revisão da literatura científica a respeito dos temas: Educação Indígena e conhecimentos geográficos na Educação Fundamental, além de

pesquisas em documentos e resoluções que ofereçam subsídio à implementação da lei 11.645/2008 na rede pública de ensino do Recife. Houve encontros semanais com orientador para análise do andamento da pesquisa. Este estudo inicial serviu como base para as etapas seguintes da pesquisa, orientando, quando necessário, possíveis adequações metodológicas no decorrer da pesquisa.

Na segunda etapa, buscamos uma aproximação com a rede pública de educação municipal do Recife; apresentamos o projeto ao GTERÊ (Grupo de Trabalho em Educação da Relações Étnico-Raciais), vinculado à secretaria de educação municipal, através da Escola de Formação de Professores do Recife Professor Paulo Freire, e solicitado o acesso a documentos, leis e diretrizes que regulamentam os conteúdos escolares na Educação Fundamental, em especial, os referentes ao Ensino da Geografia e a Lei 11.645/2008. Buscou-se informações também em sites oficiais, publicações da Prefeitura do Recife, dentre outras fontes.

Na conclusão da referida pesquisa foi realizada uma Análise de Conteúdo dos dados coletados, através do qual buscamos identificar se houve efetivação da Lei 11.645/2008, voltando as atenções para os conhecimentos geográficos da cultura indígena.

4. Resultados e Discussão

Este estudo busca contribuir com construção de uma sociedade mais democrática, justa e livre de preconceitos, na medida que pretende ampliar a compreensão intercultural do Ensino Fundamental na rede pública municipal do Recife. Neste âmbito, compreendemos haver uma demanda por interculturalidade na educação escolar, desta maneira, a lei 11.645/2008 funciona como um mecanismo de combate ao preconceito e à discriminação étnico-racial assim como à invisibilidade ao qual foram alvo, ao menos, nos últimos quinhentos anos todos os povos indígenas, tanto do Brasil como também de toda a América latina. Busca-se com a referida lei inserir na escola uma reflexão acerca de diversos estereótipos e preconceitos, proporcionando a valorização da diversidade cultural presente no país. Dentro deste contexto a Geografia Escolar tem papel relevante na preservação, compreensão e fortalecimento das diversas identidades existentes.

Acreditamos também que este trabalho irá beneficiar a formação de novos docentes, pois explora um campo do conhecimento até então pouco pesquisado, podendo assim abrir novas perspectivas e abordagens para o Ensino da Geografia.

Dentre os novos desafios podemos destacar dois como principais a serem superados, a formação para o ensino das relações étnico-raciais, por um lado e os baixos investimentos nesta área por outro. Quando falamos em formação estamos nos referindo a formação inicial e a formação continuada, e quando nos referimos aos baixos investimentos apontamos a queda nos investimentos e o paulatino desmonte das estruturas técnicas responsáveis pela execução dessas políticas.

Na formação inicial de professores ocorrem raras iniciativas no sentido de aprofundar a discussão em torno das questões étnico-raciais, são ainda mais raras as ações que apontam seu foco para cultura indígena. Na formação continuada o grande desafio é como motivar um profissional da educação que atua há vários anos sem ter tido formação adequada durante seu curso de graduação neste tema, via de regra atuando em precárias condições de trabalho, a abraçar mais essa temática educacional em meio a tantas outras cobranças das políticas deste setor?

[...]observamos que são poucos os/as profissionais interessados/as nessa discussão, mesmo porque a formação desses/as na sua maioria não permitiu ou não promoveu oportunidades de reflexões possibilitando a desconstrução de alguns conceitos criados e registrados na História do Brasil contada a partir do olhar do colonizador (DA SILVA, 2010, p 43)

Apesar de toda dificuldade é absolutamente necessário que ocorra sistematicamente a formação continuada em relações étnico-raciais, e a partir deste lugar, o foco na cultura indígena, de modo a buscar a superação dos silêncios generalizado acumulado nas trajetórias acadêmicas de tantos. Neste sentido é importantíssimo buscar à participação efetiva de indígenas nessas formações, bem como a visita de professores e estudantes às aldeias, assim também como visitas de índios às escolas para ações educativas articuladas com as relações étnico-raciais.

Outra importante questão que encontramos foi a forte resistência de algumas áreas do conhecimento em incluírem a temática indígena a partir de uma perspectiva mais crítica. Para muitos esse desafio é exclusivo da história e literatura, que apesar dos avanços ainda carecem de um maior aprofundamento no debate, como demonstra as seguintes considerações feitas acerca dos livros didáticos recomendados pelo MEC.

Não se verificou em nenhuma das coleções a veiculação de quaisquer tipos de preconceitos ou estereótipos em suas formas de expressão. Por outro lado, é preciso destacar que ainda é bastante incipiente, na maioria das coleções, a abordagem de temas que possibilitem a discussão sobre a diversidade de expressões culturais, dos povos indígenas e das populações afrodescendentes e remanescentes de quilombo, bem como a valorização da imagem da mulher, reconhecendo sua participação em diferentes espaços de luta e de poder. Nas coleções que trazem essas questões com mais destaques, é bastante positiva a cultura afro-brasileira e dos povos indígenas é retratada. Mas, embora sejam tratados com dignidade nas obras, considera-se que as representações afrodescendentes e indígenas em posição de destaque poderiam ganhar mais visibilidade (BRASIL, 2012 apud RUSSO; PALADINO, 2014, p 45)

Apesar de toda preocupação demonstrada, fica evidente a tendência em situar os povos indígenas apenas no período colonial. Deste modo voltamos o olhar para os livros didáticos, pois concordamos com Silva (2015) quando afirma que...

O livro didático constitui provavelmente o subsídio didático mais utilizado em sala de aula, todavia trata-se de um subsídio que expressa valores, concepções e visões do mundo. Assim nos preocupa a forma como os povos indígenas ainda são retratados em diversas obras; frequentemente os indígenas são postos em situação de extinção, sendo estudados basicamente na disciplina de História, nos assuntos referentes à pré-história e período colonial; outro ponto remete a representação superficial da figura do índio, apresentada de forma generalizada dando ênfase apenas aos povos indígenas habitantes da região amazônica; como também atribuem às culturas europeias as “grandes invenções”, a medicina, a ciência, relegando aos outros povos uma “contribuição inferior”, de menor destaque, em muitos casos até folclórica. (SILVA, 2015, p.)

Dessa forma é imprescindível a produção de recursos didáticos sobre os povos indígenas para serem utilizados no ambiente escolar, pois, em geral, os poucos subsídios didáticos disponíveis acerca da temática indígena geralmente são produções de circulação restrita. Esta questão constitui uma importante lacuna nas políticas educacionais de implantação da lei 11.645/2008 no país.

A partir do aporte teórico pesquisado nas fases anteriores iniciamos uma pesquisa documental nos registros da Política Municipal de Educação do Recife complementada por uma entrevista semiestruturada com integrantes do GTERÊ (Grupo de Trabalho em Educação das Relações Étnico-Raciais). Durante a análise foi possível constatar as problemáticas expostas na literatura acerca do tema. No documento Política de Ensino da Rede Municipal do Recife - Fundamentos Teórico-Metodológicos, principal documento norteador da política

municipal de ensino, identificamos algumas ausências da cultura indígena, como no trecho que segue.

O debate contemporâneo no campo curricular reconhece a escola como espaço-tempo de luta pela significação da diferença cultural, afinal ela acolhe uma diversidade de possibilidades de leituras sobre ser e estar no mundo. O currículo participa do processo de construção de identidades ajudando a produzir, entre outras, a identidade étnico-racial. Nas escolas, os currículos ao não valorizarem a presença afirmativa do negro na história do Brasil, à medida que o ocultam de nossas memórias, criam para a temática, territórios de exclusão. (RECIFE, 2014, p 56)

Não obstante, o documento seja datado de 2014, seis anos após a promulgação da 11.645/08, que inclui a cultura indígena nas políticas étnico-raciais, ainda percebemos em documentos oficiais estas lacunas. É importante ressaltar que, até o presente o momento o MEC ainda não publicou as *Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais* em relação à temática indígena, assim como fez com a temática afro-brasileira, o que consequentemente acaba por ganhar mais visibilidade em todo âmbito educacional, não sendo diferentes na política educacional do Recife. Ao longo de todo o documento é comum encontrar menções às relações étnico-raciais pondo em evidência apenas a questão afro-brasileira.

Não se trata simplesmente de incluir os negros e integrá-los numa sociedade que secularmente os exclui e desqualifica, mas oferecer uma educação que lhes permita assumir-se como cidadãos autônomos, críticos e participativos. (BRASIL, 2006 apud RECIFE, 2014, p. 65)

A invisibilidade imposta à pauta indígena geram equívocos e reproduções de discursos homogeneizadores como podemos constatar no documento da Política de Ensino da Rede Municipal do Recife. Neste exemplo a professora realiza a avaliação de uma atividade que desenvolveu com os alunos do 3º ano do primeiro ciclo de uma escola situado no bairro do Vasco da Gama, zona norte do Recife, nesta avaliação ela afirma “*com o trabalho as crianças perceberam que História não é algo imaginário como os contos de fada, ou algo que só aconteceu antigamente no tempo dos dinossauros ou dos índios. E ainda, compreenderam o sentido de passado*”. Recife (2014, p.153)

Este depoimento mostra o quanto ainda temos que percorrer para que possamos enfim ter uma educação democrática e que respeite a dimensão da pluralidade cultural que existe no Brasil.

Na prefeitura do Recife uma das estruturas que tenta auxiliar na implementação da lei 11.645/2008 é o Grupo de Trabalho em Educação das Relações Étnico-Raciais - GTERÊ, formado em 2006. Este grupo é responsável pela temática Relações Étnico-Raciais na formação continuada dos professores da rede municipal, além da discussão transversal desta temática em todas as políticas municipais do Recife. O grupo conta, atualmente, com apenas três professoras, para coordenar e executar esta política. Durante nossa entrevista semiestruturada percebemos que o grupo vem perdendo espaço na política municipal como um todo e em especial na política municipal de educação. Os indicativos desta constatação são: o pequeno número de profissionais responsáveis pela gestão e execução do GTERÊ; o fim das representações que outras secretarias da prefeitura mantinham no grupo entre 2006 à 2012; a atual limitação das ações do grupo à formação continuada de professores de modo pontual. Atualmente com a equipe drasticamente reduzida, o grupo passa por dificuldades em manter suas atividades, um dos indicadores desta situação é a redução das formações temáticas em relações Étnico-Raciais, que já duraram 10 meses (de março à abril) já que eram para todos os professores da rede, e foram reduzidas para apenas dois encontros, sendo um em março e outro em abril. Outro indicador desta situação foi o cancelamento do Seminário para socialização de experiências no campo das relações Étnico-Raciais, entre os profissionais da educação, no ano passado, esse cancelamento se deve ao conflito de agenda com a avaliação de rede, o que inviabilizou o seminário.

Durante a entrevista podemos identificar diversas ações do grupo no sentido de colocar em discussão e estudo as questões Étnico-Raciais nas escolas municipais do Recife, com indicação de trabalhos desenvolvidos nestas escolas e o atendimento de demandas espontâneas de outras unidades de ensino da rede municipal. Outra importante atividade ao qual o GTERÊ tem desenvolvido grandes esforços é a organização do Seminário para socialização de experiências no campo das relações Étnico-Raciais da rede municipal do Recife, evento cancelado no ano passado mas confirmado para acontecer no mês de outubro deste ano.

Entendemos, ao final da entrevista, que o GTERÊ é um importante instrumento de implantação da lei 11.645/2008 na política municipal do Recife mas que atualmente não tem atuado em todo seu potencial. O principal indicador desta situação é pequeno número de profissionais que atuam no grupo além das mudanças de composição e atribuições que, na prática, diminuiu o alcance e a força do GTERÊ. Não obstante este cenário o GTERÊ vem

desenvolvendo importantes ações de implementação e consolidação da lei 11.645/2008 na política municipal de educação configurando como importante espaço de resistência além de uma importante referência no campo das relações Étnico-Raciais no Recife.

Nesta primeira etapa do projeto pode-se constatar que, embora a promulgação da Lei 11.645/2008 tenha sido uma grande conquista para as culturas massacradas ao longo de séculos neste país e que também seja muito importante para a compreensão da dimensão multicultural de nossa sociedade, ainda estamos muito longe da concretização do texto legal. A imensa sociodiversidade dos povos indígenas e sua consequente riqueza cultural ainda são desconhecidos de grande parte da população não índia de nosso país, o que significa, inclusive, um imenso desconhecimento de nossas próprias raízes ancestrais. Ainda prevalece uma visão “colonizadora” em nossas práticas educativas que invisibiliza uma das grandes expressões de nossa multiculturalidade que é a sociodiversidade indígena em nosso país. Compreendemos que é necessário perceber as diversas experiências vivenciadas por estes povos dentro dos processos de colonização, buscando compreender as expressões socioculturais indígenas como resultado das relações históricas de cada região.

Constatamos de imediato a grande escassez de pesquisas que abordem os desdobramentos da Lei 11.645/2008 tendo como referência a inclusão da temática indígena no currículo da educação básica brasileira, escassez em grande parte devido ao pouco interesse demonstrado pelo governo federal em orientar normas e ações para a real efetivação da lei, além disto, os setores governamentais que deveriam orientar e formar os professores e demais profissionais da educação para o ensino e da cultura e história indígena são escassos, o que mostra que na esfera educativa o atendimento da diversidade cultural e a construção de práticas pedagógicas interculturais que atenda as demandas dos povos indígenas ainda não é uma prioridade por parte do governo.

Esta lei é apenas o ponto inicial de um conjunto de políticas públicas necessárias para garantia de direitos fundamentais negados aos grupos indígenas. Permitindo que estes tenham participação efetiva na construção do conhecimento histórico e cultural nos processos educativos formais. Faz-se extremamente necessário desenvolver ações que corroborem com a efetivação por completo desta Lei.

Observamos também que apesar da importância da Geografia acerca da temática e do profissional de Geografia na produção e propagação de conhecimentos pautados nas realidades sociocultural indígena, esta ainda é uma disciplina pouco explorada mas que tem

potencial para ser uma disciplina chave na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Constatamos que as políticas municipais de educação em sua dimensão Étnico-Racial tem algumas lacunas no tocante a efetivação da cultura indígena inclusive nos documentos, considerando que esta dimensão não aparece com a mesma força da dimensão afro-brasileira. Percebemos e confirmamos a importância do GTERÊ na efetivação da lei 11.645/2008 reconhecendo seu acúmulo teórico-metodológico neste tema, além de sua importância e referência dentro da política municipal do Recife e até dos movimentos sociais, enquanto espaço de resistência. Identificamos que atualmente o GTERÊ não tem a estrutura necessária para desenvolver plenamente os objetivos para o qual o grupo foi pensado.

5. Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2008.

DA SILVA, Maria da Penha. **A Temática Indígena no Currículo Escolar à Luz da Lei 11.645/2008**. 2. ed. São Luiz: Cad. Pesq., 2010. 39-47 p. v. 17. , maio. 2010.

Disponível:<<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/244/2568>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. **Contra a ditadura da escola**. [S.l.]: Cadernos Cedes, 1999. 18-25 p

MAGALHÃES, Gledson Bezerra; LANDIM, Francisco Otávio. **A Geografia nas Etapas Jurídicas e Institucionais da Educação Indígena**. 8. ed. Fortaleza: Geosaberes, 2013. 43-53 p. v. 4.

RECIFE. **Política de Ensino da Rede Municipal do Recife**: Fundamentos Teórico-Metodológico. Recife, 2014. 57-154 p.

RUSSO, Kelly; PALADINO, Mariana. **Reflexões Sobre a Lei 11.645/2008 e a Inclusão da Temática Indígena na Escola**. Itabaiana: Gepiadde, 2014. 32-60 p. v. 16.

SILVA, Edson. **Os Povos Indígenas e o Ensino: possibilidades, desafios e impasses a partir da Lei 11.645/2008**. In: FERREIRA, Gilberto Geraldo; SILVA, Edson Hely; BARBALHO, José Ivamilson Silva. (Orgs.). **Educação e diversidade: um diálogo necessário na Educação Básica**. Maceió, EDUFAL, 2015, p.161-180.

SILVA, Edson. **Povos indígenas e o ensino:** reconhecendo o direito à inclusão das sociodiversidades no currículo escolar com a Lei n. 11.645/2008. **Polyphonia**, [S.I.], v. 22, n. 1, p. 121-138, jan. 2011.

SOUZA, Lorena Francisco de. AS RELAÇÕES ETNICORRACIAIS NA GEOGRAFIA ESCOLAR: DESAFIOS METODOLÓGICOS E PEDAGÓGICOS. **REVISTA PRODUÇÃO ACADÊMICA**, [S.I.], v.2, n.2, p. 4-19, dez. 2016.